

+2700 Participantes

# CARTA ABERTA À DIRETORIA DA PETROS

Esclarecimentos sobre informações divulgadas de forma infundada

Com o apoio tecnológico de [discrepantes.com.br](http://discrepantes.com.br)  
23/2/2016

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016.

## CARTA ABERTA À DIRETORIA DA PETROS

**Ref.: Carta PETROS de 18/02/2016 - Assunto: Esclarecimentos sobre informações divulgadas de forma infundada**

*Em razão de informações veiculadas de forma infundada recentemente, a Diretoria Executiva da Petros, em nome da transparência e em respeito aos participantes, se sente na obrigação de prestar os devidos esclarecimentos sobre a verdade dos fatos.*

O significado da palavra “infundada” é “característica do que não tem fundamento, daquilo que não faz o mínimo sentido”. Então vejamos detalhadamente os fundamentos das nossas informações e os da Diretoria da PETROS, gestores temporários, para que verifiquem quem está sendo assertivo, transparente e respeitoso com os Participantes, legítimos donos do patrimônio da Fundação.

De início, a Diretoria da PETROS deve esclarecer objetivamente atos da sua gestão tendo em mente seus reiterados compromissos com transparência e respeito:

- a) Por que passou a retardar sistematicamente o Relatório de Atividades da PETROS em mais de 60 dias? É de 31/10/2015 o último Relatório de Atividades disponível no portal da Petros. Estamos há mais de 80 dias aguardando o Relatório de Atividades de novembro/2015. O balanço de 2014 só foi tornado público no início de agosto de 2015. O mesmo acontecerá em relação ao fechamento de 2015?
- b) Por que até a presente data não foi dada resposta à Notificação Extrajudicial encaminhada ao Presidente da Petros em 7/11/2015, que requeria que fossem fornecidos os esclarecimentos devidos sobre algumas das informações prestadas em seu depoimento sob juramento dado à CPI dos Fundos de Pensão, em 1/9/2015, na condição de Testemunha?
- c) Por que o Presidente da Petros e a Ouvidoria não respondem ou, quando respondem, o fazem com respostas formais e evasivas às consultas que lhes são enviadas?
- d) Por que o Presidente da Petros interpelou criminalmente dois aposentados da PETROS, um septuagenário e outro octogenário, que após inúmeros e-mails sem respostas ou com respostas insatisfatórias usaram de expressões mais ásperas? Qual a decisão dos juízes?

Isto é a transparência e o respeito da Diretoria Executiva da PETROS?

*Esta Diretoria está há apenas 11 meses à frente da Fundação e assumiu a administração com um déficit de 6,2 bilhões – decorrente, principalmente, de ações judiciais, do provisionamento para pagamento do acordo de níveis e da conjuntura econômica, que vem afetando não somente a Petros, mas também a maioria dos fundos de pensão e de empresas de diversos setores.*

- a) **Da mesma forma que foi praticada no depoimento dado à CPI, aplica-se ao tamanho do ROMBO a ideia de que isso foi ocasionado pela ganância de Participantes que entraram com ações judiciais na busca do direito registrado em Regulamento. Isso é de tal forma irreal que, à exceção de perdas eventuais por falhas processuais, a grande maioria das ações foi vitoriosa no mérito e resultou em ganho aos seus proponentes. Argumentando-se dessa forma, encobre-se a má gestão, a gestão temerária, a gestão fraudulenta, essas sim as grandes e quase únicas responsáveis pelo tamanho do déficit, neste caso ROMBO.**
- b) **Nesse diminuto espaço de tempo o déficit de R\$6,2 bilhões recebido pela atual diretoria ao final de fevereiro mais que DOBROU, atingindo R\$15,5 bilhões em outubro de 2015.**
- c) **Ao encerrar dezembro de 2015 serão somente 10 meses, portanto. Nesse período há, da parte da presidência da Petros e dos conselheiros eleitos, sérias indicações que o ROMBO mais que TRIPLICARÁ e atingirá valor superior aos R\$20 bilhões. Portanto, não afirmamos nenhuma inverdade, antecipamos os fatos somente.**
- d) **A vitória jurídica dos Participantes, que cobraram apenas a aplicação do seu Regulamento, gerou a interferência da FUP que buscou mais uma vez destruir nossa Fundação ao acertar (sem ter representatividade para isso) um acordo com a Petrobrás, estendendo a cessão dos níveis e parte de um passivo elevado que isso ocasiona, àqueles que, também por regulamento, não tinham mais direito. Em parecer produzido por ambos os parceiros e também reafirmado pelo jurídico da Fundação, em 2009, haveria a necessidade de aporte por parte da patrocinadora em valor que já atingiria R\$2,5 bilhões. Efetivado em março de 2015, sob a gestão da atual diretoria, elevou o rombo para quase R\$3 bilhões atualizados.**
- e) **A quem cabe, pelo Estatuto, zelar pela boa condução de nossos ativos? A FUP e a Petrobrás, há muito que abandonaram o papel de fiscais da Fundação. A expectativa concreta de se atingir o terceiro déficit seguido, é o resultado final de tudo isso. Implementar o Acordo de Níveis entre FUP e Petrobrás, gerador de um rombo de R\$2,9 bilhões nas contas do fundo, sem antes exigir e obter da Petrobrás a respectiva cobertura torna a diretoria da Petros corresponsável por ele. Do déficit de R\$6,2 bilhões em dezembro de 2014, R\$2,9 bilhões têm participação direta da nova diretoria.**
- f) **Soma-se a esses fatos mais um, decisivo, a demonstrar que a gestão da Petros não só não é transparente como manipula e omite dados importantes para a compreensão do que realmente se passa. Na sua interpretação do déficit de R\$6,2 bilhões em 2014, ela “esquece”, entre outros fatos, de considerar a redução de R\$4 bilhões nas provisões matemáticas que ocorreu em dezembro daquele ano. Essa redução, fruto de alteração na tabela de mortalidade do plano,**

anula com folga o impacto das ações e do acordo de níveis, que representavam na época o valor de R\$3,5 bilhões. Sem ela o déficit iria para R\$10,2 bilhões, e teria ficado mais difícil para o sr. Jäger declarar sob juramento na CPI dos fundos de pensão que 90% do déficit da Petros era decorrente de demandas discutíveis dos aposentados. Acrescente-se que a alteração na tábua de mortalidade serviu também para evitar que o déficit ultrapassasse 10% das provisões, o que, pela regra então vigente, obrigaria a efetivação de seu equacionamento.

g) Além disso, a Petros e seu presidente, ao darem suas explicações distorcidas das razões do déficit que se agiganta, também esquecem que negócios temerários efetuados por gestões passadas provocaram um provisionamento para perdas superior a R\$800 milhões – um valor que corresponde a mais de 25% do valor do fundo previdenciário criado para dar conta do Acordo de Níveis.

*Desde que assumiu, a Diretoria Executiva tem adotado uma série de medidas para reduzir os impactos da crise econômica, mesmo tendo em mãos uma carteira de investimentos com pouca flexibilidade para mudanças no curto prazo. No caso do Plano Petros Sistema Petrobrás (PPSP), reduziu aplicações em Bolsa de Valores e investiu em títulos públicos de curto prazo, um investimento mais seguro em tempos de crise, que garante retorno maior que a meta atuarial e prazos adequados aos pagamentos dos benefícios. No caso do Plano Petros 2, foi possível fazer significativos investimentos em títulos públicos com vencimento de longo prazo, assegurando a rentabilidade e reduzindo a volatilidade da carteira de investimentos do plano. Para este ano, a nova Política de Investimentos prevê a continuidade da redução das aplicações em Bolsa de Valores e o aumento em renda fixa.*

Apreciaríamos saber em que plano foi feita a aplicação em debêntures da INVEPAR, um investimento de alto risco face à situação periclitante da emissora, que ofereceu como garantia ativos cuja propriedade é compartilhada pela própria Petros.

*Quando a atual diretoria assumiu, a Petros tinha 37,85% aplicados em renda variável, ou seja, em Bolsa de Valores. Hoje, tem 33,51%. Já os investimentos em renda fixa aumentaram: de 45,10% para 48,30%.*

Metade dessa alteração de perfil não se deve à ação dos gestores, mas simplesmente à desvalorização dos ativos em RV no período.

*É importante ressaltar que lidamos com o patrimônio de milhares de trabalhadores e mudanças nos investimentos devem ser feitas de forma consciente, analisando o momento oportuno. Caso saísse da Bolsa de Valores em momentos inadequados, a Fundação, além de realizar prejuízo para os participantes, estaria influenciando todo o mercado de ações e promovendo ainda maior desvalorização de ações em alguns casos, uma vez que tem grande volume de investimentos. Ou seja, as ações que ficassem na nossa carteira teriam o valor mais baixo.*

Que essa constatação, que está correta, seja levada em conta quando, por pressão externa, forem oferecidos à Petros mais negócios claramente prejudiciais como a compra da imensa carteira de ações da Itaúsa. Não faz sentido afirmar o procedimento correto se ele for desprezado na hora de realizar negócios. Uma mudança nos investimentos que seria inadequada nesse momento, por exemplo, seria a aquisição de parte do capital da INVEPAR no leilão que será realizado em março. Iria na contramão da necessidade de reduzir

**a carteira de RV, com o agravante de a INVEPAR estar em situação crítica de endividamento aliado à baixa geração líquida de caixa.**

*As vendas de ações feitas pela Petros recentemente foram estratégicas e renderam bons resultados. Parte das ações da BRF foram vendidas no momento certo, evitando queda de 35%. Também foram vendidas ações da JBS, evitando desvalorização de 55%. Os recursos obtidos com a venda de parte da JBS foram aplicados em títulos públicos, que garantirão retorno de IPCA mais 6,7% ao ano.*

**Apreciaríamos saber de onde saíram os recursos de R\$ 333 milhões para comprar as debêntures da Invepar em novembro de 2015 e por que essa aquisição foi feita em lugar de títulos públicos. Esperamos que essa explicação não seja a alta taxa de juros prometida, quase o dobro dos títulos do governo, pois tudo o que a Petros não deveria fazer hoje é tentar ganhos maiores em investimentos de alto risco. Como a gestão da Petros é transparente, temos certeza de que a informação nos vai ser passada.**

*Outro ponto a esclarecer é que, ao contrário do que vem sendo alardeado, não há “queima de patrimônio”. Houve queda no valor total do patrimônio porque as ações – não apenas da Petros, mas de todos os investidores que têm aplicações em Bolsa de Valores – caíram de preço. Em 2015, os principais índices de mercado – o IBrX e o Ibovespa – registraram queda de 12,41% e 13,31%, respectivamente. Tão logo o mercado se recupere, esses valores serão restabelecidos e o patrimônio crescerá outra vez.*

**A “queima de patrimônio” está cabalmente confessada pela Diretoria da PETROS no parágrafo abaixo aonde afirma: “o PPSP, encontra-se fechado e tem como característica principal o fato de os pagamentos de benefícios serem significativamente superiores aos recebimentos de contribuições, o que provoca a descapitalização”.**

*Ainda sobre a redução do patrimônio, é necessário informar que o maior plano administrado pela Petros, o PPSP, encontra-se fechado e tem como característica principal o fato de os pagamentos de benefícios serem significativamente superior aos recebimentos de contribuições, o que provoca a descapitalização. Além disso, algumas retiradas de patrocínio e transferências de gestão, por decisão exclusiva de patrocinadoras, o que pode acontecer a qualquer momento, tiveram naturalmente impacto sobre o patrimônio.*

**A diferença entre contribuições e benefícios não poderia estar gerando descapitalização no PPSP, que é o plano a cuja perda de patrimônio nos referimos. A Petros joga questões inaplicáveis ao assunto, como retiradas de patrocínio, simplesmente para confundir os fatos. Na realidade, os rendimentos dos investimentos, na atual fase da vida do PPSP, deveriam compensar a diferença. Isso é facilmente verificável através da aplicação da correção monetária pelo IPCA nas provisões matemáticas do PPSP, que mostra a estabilidade das mesmas, com ligeira tendência a aumento, tanto em 2014 quanto nos primeiros 10 meses de 2015. O patrimônio deve acompanhar as provisões, sob pena de surgir déficit. Se está havendo a descapitalização, como a Petros afirma, ela é devida exclusivamente a problemas com os investimentos. Ou os ativos estão perdendo o valor, ou não estão gerando caixa, obrigando a fundação a liquidar ativos para pagar os benefícios. A primeira hipótese evidentemente está acontecendo. Temíamos que a segunda também teria ocorrido, e agora vem a confirmação por parte da Petros. Isso é grave, pois nessa fase do plano, como mostraremos abaixo, a geração de caixa dos investimentos deveria complementar as contribuições de forma a manter o**

patrimônio intacto. Uma coisa é o patrimônio sofrer perdas transitórias sem realização do prejuízo, pois eventualmente poderá haver alguma recuperação. É grave, mas ainda resta alguma esperança. Outra, muito pior, é precisar se desfazer, antes do momento certo, de investimentos líquidos para pagar benefícios, pois nesse caso as portas do Inferno foram ultrapassadas: abandone-se toda a esperança de recuperação. A tabela abaixo mostra as provisões matemáticas num período que cobre parte de 2014 até outubro de 2015, comparadas com a correção pelo IPCA das provisões matemáticas no primeiro mês considerado de cada ano. Percebe-se claramente a estabilidade das provisões, ainda com ligeira tendência de aumento. Esta estabilidade implica necessariamente a estabilidade do patrimônio, ao contrário do que declara a Petros.

Mês/Ano	Provisões declaradas	Provisões corrigidas pelo IPCA
mar/14	65,8	65,8
abr/14	66,6	66,3
mai/14	67,2	67,2
jun/14	67,7	67,7
jul/14	68,1	68,0
ago/14	68,5	68,4
set/14	68,5	68,5
out/14	69,1	68,7
nov/14	69,6	69,5
dez/14	65,6	65,6
jan/15	66,4	65,9
fev/15	67,4	66,9
mar/15	68,3	68,2
abr/15	69,5	69,1
mai/15	70,4	70,4
jun/15	71,2	70,9
jul/15	72,0	71,7
ago/15	72,6	72,6
set/15	72,6	73,1
out/15	73,4	72,8

O fluxo de caixa gerado pelos rendimentos das aplicações deveria cobrir a diferença entre os benefícios pagos e as contribuições recebidas, mantendo intacto o patrimônio corrigido pelo IPCA. A descapitalização natural de um plano fechado passa a ocorrer quando as provisões matemáticas começam a se reduzir em função da redução dos benefícios a pagar devida à mortalidade.

*Também ao contrário das informações que vêm circulando, esta situação de déficit não é uma questão específica desta Diretoria. A conjuntura econômica está afetando boa parte do segmento dos fundos de pensão. A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) estima que a carteira média dos fundos de previdência complementar deverá registrar, em 2015, retorno de cerca de 7,7% frente à meta atuarial de 17,3%. Cabe também destacar que uma importante parte do déficit registrado em 2015 é decorrente não apenas da crise que afeta os investimentos, mas também do tratamento de antigas questões estruturais e atuariais que tinham que ser enfrentadas para garantir a perenidade do PPSP, como a atualização da composição familiar, aprovada pelo Conselho Deliberativo.*

**Em nenhum momento da nossa crítica afirmamos que a atual diretoria é responsável por todo o déficit, mas pela duplicação em 8 meses e a triplicação em 10 meses, o que é CALAMITOSO. Mas, a grande responsabilidade da atual diretoria é exatamente não abrir as portas da Fundação para que se faça uma apuração isenta e transparente, que seja acompanhada de perto pelos participantes; é aceitar pagar a conta de acordo de terceiros que não representam os aposentados; é deixar uma suspeita geral de acobertamento pelos males que as gestões anteriores, todas indicadas e defendidas pelo poder central praticaram.**

**A citação das previsões da ABRAPP chega a ser patética. Como a rentabilidade dos investimentos da Petros em outubro de 2015 (último dado disponível) estava acumulada em 1,52% no ano (negativa em 1,12% nos últimos 12 meses até aquele mês), é absolutamente certo que sequer a média de 7,7% de rentabilidade para o setor prevista pela ABRAPP será atingida. Citaram os números da ABRAPP como argumento de defesa da diretoria da Petros ou como confissão do mais rotundo fracasso?**

*Em relação a informações pontuais que vêm sendo publicadas de forma errada especificamente sobre os investimentos, avaliamos ser importante esclarecer também alguns pontos cruciais, que detalhamos a seguir:*

*Não procede a informação de alta concentração e baixa liquidez. Considerando a característica do mercado de capitais brasileiro, é natural que um investidor de grande porte encontre restrições para fazer significativas modificações na composição de seus investimentos de forma mais abrupta. Esclarecemos que isto pode ser verificado tanto no segmento de renda fixa (títulos públicos) quanto no de renda variável, mesmo no caso de ações negociadas em Bolsa de Valores.*

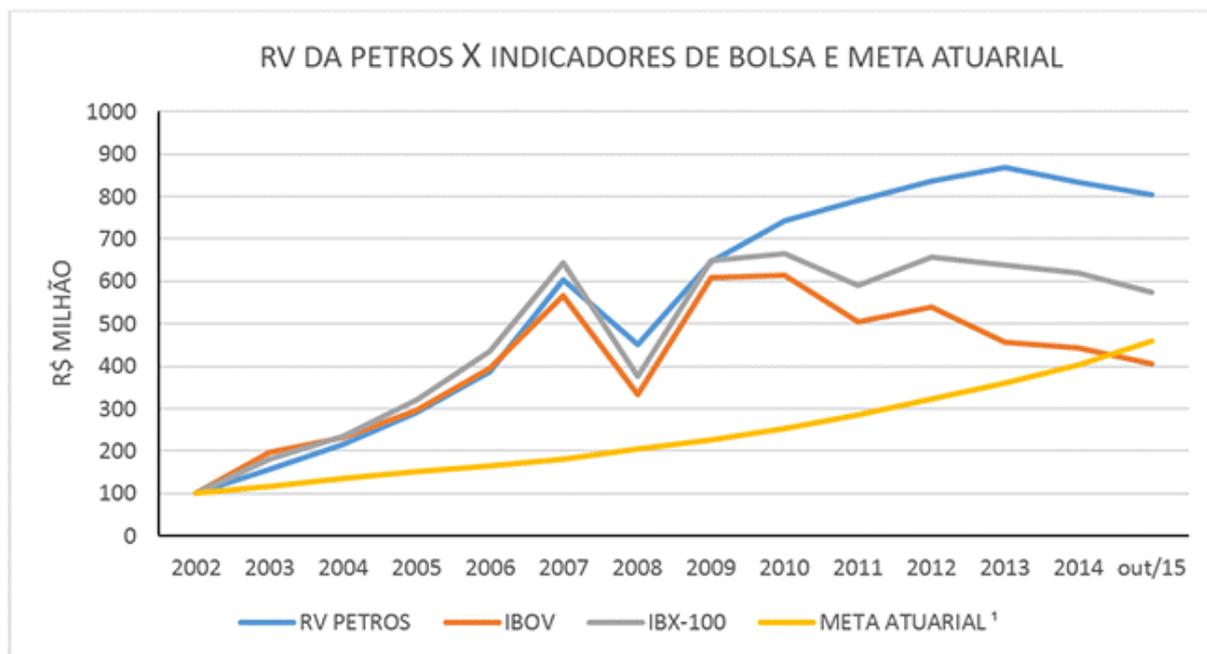
**Não procede afirmar que não há alta concentração, pois é uma evidência constatável na simples observação de que a Petros possui participação relevante em diversas companhias, chegando a 15% de participação no capital votante da Itaúsa, mais de 10% do capital da BRF, 25% do capital da Invepar, 17,64% no FIP Sondas que controla a Sete Brasil, entre outras.**

**Já a baixa liquidez a que nos referimos é nos segmentos de renda variável e estruturados, e é majoritariamente decorrente, no caso da renda variável, da alta concentração a que essa carteira foi levada pelo interesse da Petros em participar da gestão de companhias, indicando membros para seus conselhos. Se essa carteira fosse menor, pulverizada e com menos vínculos de gestão haveria, sim, muito mais facilidade para alterar rapidamente a composição dos investimentos. Prova disso deu a VALIA, que em menos de três anos praticamente eliminou sua carteira de RV.**

Composição de Investimentos em bilhões de R\$						
Segmentos	PETROS			VALIA		
	Invest.	Part.	Rent. Anual	Invest.	Part.	Rent. Anual
Renda Fixa	32.716.191	49,43	6,88%	15.260.600	79,28	15,00%
Renda Variável	22.181.186	33,51	-3,43%	987.847	5,13	-7,16%
Investimentos Estruturados	4.002.079	6,05	-19,57%	607.114	3,15	-25,92%
Investimentos no Exterior	0	0,00	0,00%	111.494	0,58	50,34%
Investimentos Imobiliários	4.790.973	7,24	7,66%	1.247.767	6,48	0,45%
Operações com Participantes	2.493.249	3,77	16,68	1.034.983	5,38	12,82%
Total	66.183.678	100,00	1,52%	19.249.806	100,00	10,48%
Data de Referência	out/15			nov/15		
Participantes Ativos	(A)	86.669	(A / B )	(A)	99.000	(A / B )
Participantes Assistidos	(B)	63.669	1,36	(B)	21.000	4,71
Total Participantes	150.338			120.000		

**Aliás, a alegação de que não procede a informação de alta concentração e baixa liquidez fulmina um dos argumentos em defesa dos gestores: “Desde que assumiu, a Diretoria Executiva tem adotado uma série de medidas para reduzir os impactos da crise econômica, mesmo tendo em mãos uma carteira de investimentos com pouca flexibilidade para mudanças no curto prazo”. Pouca flexibilidade para mudanças no curto prazo é sinônimo de falta de liquidez.**

*Não procede a informação de que a esmagadora maioria dos investimentos em renda variável não tem rendimentos ou que os mesmos ficam abaixo da meta atuarial. No caso de fundos de pensão, o correto não é tirar uma fotografia do atual momento, mas analisar o comportamento dos investimentos no longo prazo, conforme gráfico abaixo.*



**Argumentação falaciosa. Para efeito patrimonial, os rendimentos da carteira de RV acumulam a valorização dos papéis no mercado e os proventos pagos. A valorização dos papéis é volátil, e só se transforma em recursos tangíveis quando esses são liquidados. Já os proventos são tangíveis, fortalecendo diretamente o caixa da fundação. A carteira de participações da Petros tipicamente rende, em termos de proventos, apenas a terça parte do que deveria.**

O resto fica por conta da valorização no mercado. Como a Petros dificilmente liquida suas posições, ela não realiza esses ganhos. A insuficiência de dividendos dessa carteira, que corresponde a um alto percentual do patrimônio, prejudicou, e muito, o equilíbrio atuarial da Petros, de forma irreversível e acumulativa, inclusive, segundo a própria Petros informou em sua comunicação, acarretando a necessidade de liquidar ativos. Os papéis, na média, poderão recuperar valor no futuro – não se sabe quando nem quanto. Ninguém pode afirmar com certeza que os atuais prejuízos serão recuperados, mesmo porque não é possível prever em que situação se encontrará o mercado no momento em que a liquidação dos ativos em RV se tornar necessária.

Estas considerações explicam por que as fundações devem manter seus investimentos em RV em percentuais suficientemente pequenos para não provocar abalos significativos no equilíbrio de seus planos em função de volatilidade de mercado. E também por que devem ser buscados, dentro dos investimentos em ações, adquirir papéis de empresas que são boas e regulares pagadoras de proventos.

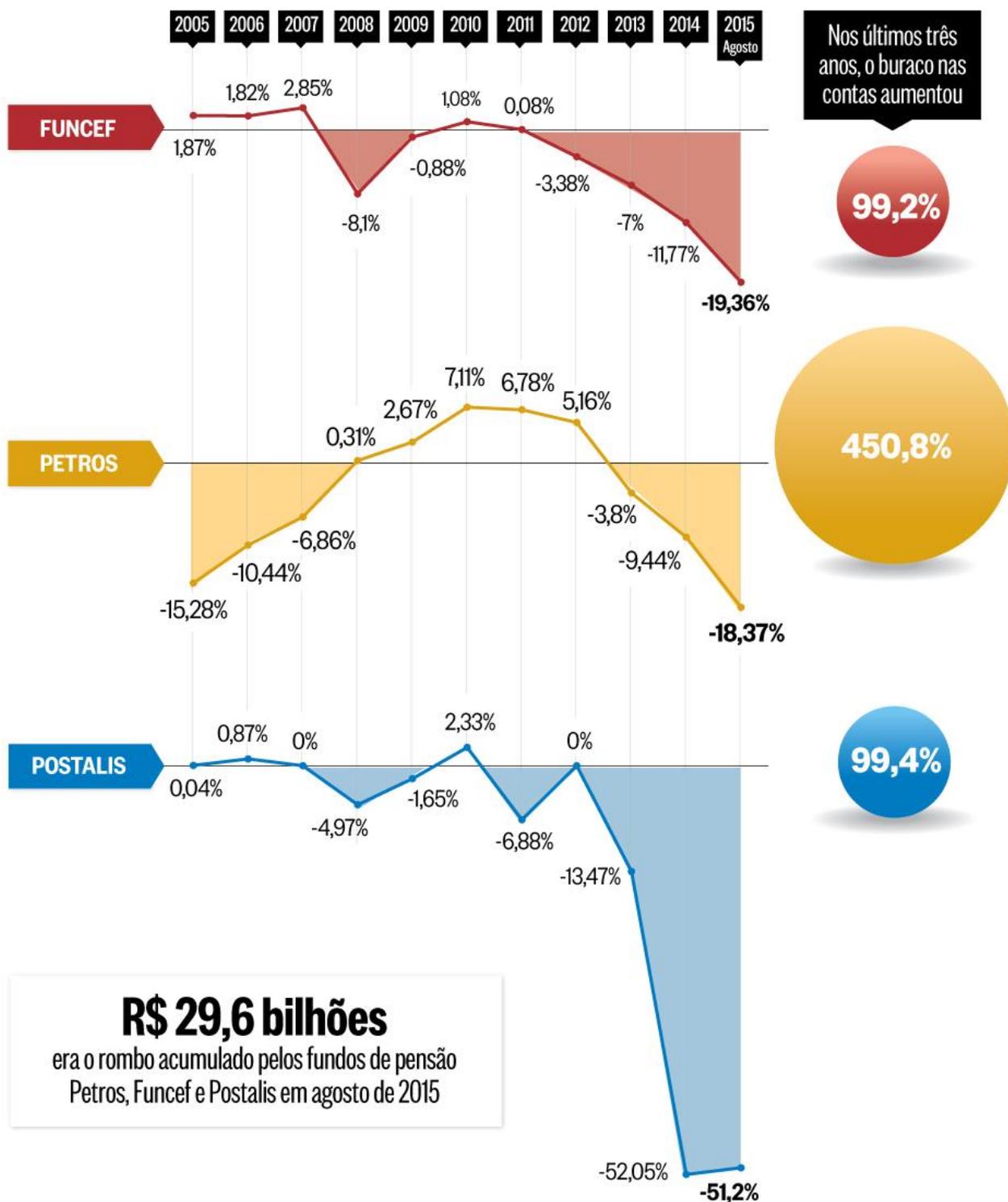
Do gráfico fica uma certeza, a engenhosidade de tais gestores em fundamentar a realidade com falsas premissas. Fazem isso contando com a inexperiência técnica da grande parte dos leitores que ao passar um olhar na imagem, só nota a sua curva sempre ascendente. Buscam um universo maior no tempo para esconder os eventos presentes. Sofismam somente.

Usaram essa mesma fundamentação falaciosa para justificar ao Conselho Deliberativo da Petros a compra da Itaúsa, ao informar a farta distribuição de rendimento que a holding praticava. Nada disso acabou confirmado e hoje convivemos com um vasto prejuízo.

Há mais. Na outra ponta quando precisam valorizar ativos para fechar balanços com números mais palatáveis, como abusaram no fechamento de 2013, usam outro argumento fantasioso: Fluxo de Caixa Descontado. Defendido pelo atual Presidente da Petros em seu depoimento à CPI dos Fundos de Pensão, esse argumento resume a história de quem está comprando a capacidade de um analista, em seu escritório com ar refrigerado, prever, linha por linha do demonstrativo de resultados de uma empresa por anos e anos à frente.

Para se ter uma ideia do que isso representa, no mesmo depoimento, perguntado, o Presidente da Petros não sabia informar os valores do fechamento do último balanço publicado pela Petros, um mês antes.

Para que todos tenham a perfeita noção do que é um gráfico e da verdade que ele deve, por obrigação apontar, como forma de respeito aos participantes da nossa Fundação, usamos a imagem abaixo, de uma reportagem publicada em O Globo, no dia 21/2/2015.



<http://oglobo.globo.com/brasil/aparelhamento-de-fundos-de-pensao-afeta-500-mil-aposentados-18717904#coments>

### COM AVAL DE LULA, SÃO INDICADOS:



Sérgio Rosa, ex-diretor do sindicato, para presidir a Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil. Rosa sai em junho de 2010, antes da eleição de Dilma Rousseff, em meio a um conflito entre os dirigentes bancários ligados ao PT, sindicalistas adversários e o grupo liderado pelo então presidente do Banco do Brasil Aldemir Bendine



Wagner Pinheiro de Oliveira, representante dos bancários de São Paulo na CUT, para a Petros. Diretorias foram partilhadas com a federação dos petroleiros. Em 2010 foi presidir o Postalís. Na Petros entrou Luis Carlos Afonso, do PT paulistano. Renunciou em 2014. Ele e outro diretor, Humberto Grault, são investigados por suborno em negócio intermediado pelo ex-tesoureiro do PT João Vaccari. Afonso entregou o cargo ao antigo subordinado Carlos Costa, que saiu um ano depois. Foi substituído por Henrique Jäger, assessor político da FUP-CUT



Guilherme Lacerda, sindicalista e militante do PT, para a Funcef. Ficou sete anos, equilibrando-se num acordo que envolvia a entrega de diretorias da Caixa Econômica ao PMDB. Em 2011 foi substituído por Carlos Alberto Caser, ex-presidente da Federação Nacional dos Economiários (Fenae), alinhada ao PT. Antigos dirigentes da Funcef e da Fenae estão sob investigação por participação em um conjunto de sociedades privadas, conhecido como Grupo Par, supostamente privilegiado por fundos de pensão estatais em contratos de prestação de serviços



Wagner Pinheiro sai da Petros em 2010, no governo Dilma, e vai presidir os Correios. Nomeia para o Fundo Postalís o seu ex-chefe de gabinete na Petros, Antonio Carlos Conquista, dirigente bancário paulista aliado a João Vaccari Neto, que assume a Tesouraria do PT. O PMDB fica com algumas diretorias do fundo. Pinheiro é demitido no final de 2015 por Dilma, que entrega a presidência dos Correios a Giovanni Queiroz, do PDT. O bancário Conquista, do PT, permanece na presidência do Postalís



Ricardo Berzoini, ministro da Previdência em 2005, nomeia Carlos Eduardo Gabas, ex-conselheiro fiscal da Bancoop, para a secretaria-executiva do ministério, com o controle da Previc, responsável pela fiscalização dos fundos de pensão. Em 2010, Gabas se torna ministro da Previdência. Dilma Rousseff o mantém no ministério. No início de 2015, ele perde o título de ministro e volta à posição de secretário-executivo. Conserva o controle da Previc. Atualmente, Berzoini é Secretário de Governo da Presidência da República. Gushiken sai do governo, em 2006, e, doente, morre em 2013

<http://oglobo.globo.com/brasil/fundos-apostam-em-negocios-de-alto-risco-com-apoio-do-governo-18718014>

No quadro acima (onde está a logomarca da Petros), e complemento da mesma reportagem de 21/2/2016, há um único reparo. O Wágner Pinheiro, presidiu a Fundação Petros até 31/12/2010, e após operar o negócio IRREGULAR com a Camargo Correa, que envolveu a compra de ações Itaúsa ON sem liquidez, após troca e venda de títulos públicos que pagavam rendimentos dentro da meta atuarial, foi promovido a Presidente dos Correios e não do Postalís. Como Presidente dos Correios, patrocinador da Fundação Postalís, ele indicou o Antônio Carlos Conquista que foi convocado e deu depoimento à CPI dos Fundos de Pensão.

*Investimentos como Invepar e Belo Monte mostraram-se boas oportunidades na época em que foram tecnicamente analisados e decididos e seguem com boas perspectivas. Na Invepar, por exemplo, uma das maiores operadoras de infraestrutura de transporte do Brasil, a Petros iniciou seu investimento em 2009 e, desde então, acumulou rentabilidade de +262,38% frente a uma meta atuarial de +108,32%. Já Belo Monte teve, desde que o investimento foi realizado em 2010, valorização de +106,69% frente a uma meta atuarial de +79,26%.*

Repete-se a falácia. INVEPAR jamais pagou qualquer dividendo digno desse nome. Toda a valorização a que a Petros se refere é fictícia, baseando-se num valor do ativo estimado em 2,8 bilhões de reais. A participação da OAS, praticamente igual à da Petros, não conseguiu ser negociada por sequer a metade desse valor e vai a leilão. Quem lê desavisadamente o texto da Petros fica com a impressão de que a INVEPAR é uma empresa sólida. Absolutamente falso. A INVEPAR está à beira da falência, com dívidas equivalentes a 6,8 vezes sua margem bruta medida pelo EBITDA e prejuízo acumulado de 750 milhões de reais em setembro de 2015, sem perspectiva de reversão sequer no médio prazo. Acabou de receber perspectiva negativa da agência classificadora.

**Recentemente colocou no mercado 2 bilhões de reais em debêntures pagando 240 milhões de reais por ano somente em juros, sem contar a correção monetária do principal. Esse valor em juros corresponde ao dobro do resultado de sua concessão mais lucrativa. Em julho desse ano deverá pagar 1,1 bilhão de reais a título de outorga fixa do Aeroporto de Guarulhos, o que deverá provocar um salto em seu endividamento, que cresceu por um fator de cinco em menos de três anos, passando de 2,0 para 10,2 bilhões de reais entre janeiro de 2013 e setembro de 2015. Esses são os números reais da INVEPAR. Comparando-os com o que a Petros informa na sua nota, onde mesmo ficou a transparência e o respeito ao participante?**

*Outro ponto que deve ser esclarecido é a comparação entre os resultados da Petros e de outros fundos de pensão, que eventualmente vêm sendo feitas e que levam a uma interpretação errada. A Petros tem características próprias, que devem ser levadas em consideração: administra vários planos de benefício com características distintas (Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável); tem planos com perfis atuariais e objetivos de rentabilidade diferentes; e os planos foram constituídos em momentos distintos, impactando o desempenho de longo prazo. Além disso, há questões estruturais nos planos que podem gerar impactos na evolução, por exemplo, de ações judiciais e, conseqüentemente, na composição dos investimentos e geração de déficit.*

**A grande maioria dos fundos de pensão está apresentando ROMBO, “parte desse déficit bilionário é fruto de riscos do mercado, mas em sua grande parte também da má gestão, temerária e fraudulenta. Desvios que revelam a face mais cruel de todos esses escândalos que assolam o Brasil: estão roubando dinheiro dos aposentados”, através do “aparelhamento das instituições, o tráfico de influência e o direcionamento dos negócios para interesses político-partidários”, conforme afirma o Presidente da CPI dos Fundos de Pensão, Deputado Efraim Filho.**

**Mas como então explicar objetivamente que a Fundação Valia, operando no mesmo cenário macroeconômico, e cuja patrocinadora a Vale, privatizada, também está se arrebatando (como a Petrobrás) com viés econômico similar de mercado externo, conseguiu dar superávit nos últimos 9 anos? Destaque-se que a Valia tem satisfação a dar a seus Participantes prova incontestante de gestão competente e de independência, não possuindo em carteira ações da Patrocinadora VALE, neste momento desfavorável.**

RENTABILIDADE HISTÓRICA CONSOLIDADA (ÚLTIMOS 10 ANOS)		
ANO	VALIA	PETROS
2004	21,97%	20,40%
2005	19,91%	20,10%
2006	19,37%	18,58%
2007	23,76%	24,09%
2008	0,19%	2,20%
2009	24,52%	18,74%
2010	18,30%	16,65%
2011	10,59%	11,76%
2012	19,29%	15,66%
2013	3,86%	-0,19%
2014	9,76%	5,00%
2015	11,37%	-1,12%

\* Petros até OUT

RENTABILIDADE ACUMULADA		
	VALIA	PETROS
2004 - 2015	434%	303%
2011 - 2015	68%	34%

**Certamente deve haver mais fundações fora do poder partidário dominante que estão na mesma situação de produção de superávit e não de déficit.**

*Em relação ao perfil dos atuais dirigentes da Petros, ressaltamos que todos têm amplo currículo aderente às funções que exercem na Fundação. O presidente, Henrique Jäger, é pós-graduado em Economia e conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Já foi membro do Conselho de Administração e dos comitês de Auditoria e de Remuneração do Banco do Brasil, além de ter integrado os conselhos de administração e fiscal de grandes empresas brasileiras, como Telemig Celular e Paranapanema. Lício da Costa Raimundo é Doutor em Economia, já teve passagem anterior pela Petros, como Gerente da área de Planejamento de Investimento, e foi Diretor de Investimentos da Funpresp. Fernando Carvalho tem pós-graduação em Economia, é funcionário de carreira da Petrobrás e foi gerente de Recursos Humanos da empresa, portanto tem amplo conhecimento da política de benefícios oferecida pela patrocinadora. Danilo Ferreira da Silva tem formação em Direito, Economia e Finanças, MBA Executivo Internacional em Gestão Financeira pela FGV, com extensão na Ohio University, e MBA executivo global em gestão de Negócios Empresariais da FGV, em parceria com o Instituto Universitário de Lisboa. É certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Segurança Social (ICSS), foi membro do Conselho Deliberativo da Petros e assessor da presidência da Petros, tendo adquirido profundo conhecimento sobre as principais questões da Fundação.*

**O perfil da atual diretoria da Petros, responde pela triplicação do déficit técnico em 2015. A aderência do currículo de todos esses diretores é fazer parte do Partido dos Trabalhadores.**

**O Diretor de Investimentos da PETROS Lício da Costa Raimundo está denunciado na Operação Lava Jato por Alexandre Romano, o Chambinho, advogado e ex-vereador do PT, que na negociação de sua delação premiada, confirmou à Polícia Federal ter sido sócio de Lício da Costa Raimundo. Chambinho disse também ser dele a indicação de Thaís Brescia, sua sócia, na Gerência de Investimentos da Petros, que também presidiu o Conselho Fiscal**

da Sete Brasil, indicada pela Fundação. Com base nesse depoimento, a PF solicitou a quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário de diretores e ex-diretores da Petros. Em nota a PETROS informou que “os nomes da atual diretoria foram indicados pela patrocinadora e aprovados pelo Conselho Deliberativo da Petros”. Quando convocado a dar depoimento na CPI dos Fundos de Pensão, sob juramento, Lício da Costa apresentou atestado médico.

Considerando a gravidade das acusações, em delação premiada, contra o Diretor de Investimentos da PETROS Lício da Costa Raimundo, o mais prudente para resguardar os interesses dos Participantes, e a imagem da PETROS, era o seu imediato afastamento e rigorosa auditoria, características de uma diretoria que tem o compromisso com a gestão rigorosa e transparente.

Hoje mesmo, o gerente de Responsabilidade Social da Petrobras Armando Tripodi, também ligado ao PT, só por ter sido intimado coercitivamente, foi afastado de suas funções.

**O Diretor de Benefícios e o Diretor Administrativo jamais exerceram funções compatíveis no quadro de carreira da Petrobrás, portanto jamais foram testados profissionalmente. Seus currículos estão ligados aos sindicatos da Fup, dessa forma sequer se pode dizer que ambos, algum dia, foram também sindicalistas na verdadeira acepção da palavra. Enganaram a todos e o tempo todo, somente.**

*Também é importante ressaltar o compromisso desta Diretoria com a gestão rigorosa e a transparência. Desde que assumiu, deu total autonomia à Auditoria Interna e à Ouvidoria e iniciou um processo para implantar comitês gestores com a participação de ativos e assistidos na administração dos planos. Foi criada a Gerência de Gestão de Risco de Investimentos e revista a estrutura do Comitê de Investimento para reforçar o peso dos representantes da patrocinadora e de participantes nas decisões. Está em curso, ainda, um austero programa para redução de custos administrativos, o que já resultou em economia de R\$ 54 milhões em relação ao orçamento inicial. Outra medida relevante será a implantação do Portal da Transparência, no qual todos os contratos administrativos da Petros estarão disponíveis para consulta. Além disso, criou uma área no portal ([www.petros.com.br](http://www.petros.com.br)) intitulada "Com a Palavra, a Petros", para publicar as respostas enviadas em atendimento às solicitações de jornalistas. A Fundação julga muito importante que todos tenham acesso à íntegra das respostas, já que, na maioria das vezes, elas são aproveitadas somente de forma parcial.*

*Por fim, cabe destacar que esta Diretoria deu prosseguimento ao processo de cisão dos planos no PPSP iniciado em 2012 como parte do acordo coletivo da Petrobrás, quando foi feito o processo de repactuação. Como a cisão contraria os interesses de uma minoria, é esperado que surjam reações através de críticas infundadas.*

**Neste quesito há duas formas de encarar a crítica. Afirmar que a reação se deve à cisão do plano é forma de desqualificar nossas ponderações sem que respostas concretas e objetivas sejam fornecidas. É notório que o rateio previsto para o ROMBO em nossa Fundação vai atingir a todos, repactuados e não repactuados. Sob este aspecto temos a absoluta certeza que representamos todo o universo dos Participantes.**

**A propósito, 25% (vinte e cinco por cento) é uma minoria bem mais representativa do que a minoria que elegeu ilegalmente o empresário Jorge Gerdau como representante dos acionistas minoritários, ao Conselho de Administração da Petrobrás em 28/4/2011, quando a Petros, a Previ e a Funcef somaram seus percentuais na participação no capital votante da Petrobrás e**

atenderam o apelo da patrocinadora e do Governo Federal. O caso acabou apurado pela CVM, foi considerado ILEGAL e gerou uma punição pecuniária de R\$800 mil à Fundação. Há uma decisão do CD, idos de 2000, que dava sustentação jurídica àquele que cometesse infrações na gestão da Petros. Ato esse sempre questionado pelos Participantes, mas, a nosso ver, justo, pois complementava essa decisão a informação que, sendo o autor julgado e incriminado no mérito, teria que ressarcir os custos dessa ação. Perguntamos nós: os Autores da infração ressarciram nossa fundação pela punição imposta à Fundação?

Cabe, acima de tudo, colocar sob suspeição o processo de cisão. Esse processo deveria ser completamente neutro e não contrariar quaisquer interesses legítimos. Tem sido reiteradamente sustentado que a cisão não alteraria absolutamente nada para nenhum participante, quer fosse ele repactuado ou não. E não poderia ser de outra forma. Agora vem a Petros declarar que ele contraria os interesses dos não repactuados, que são a minoria. É bom salientar que os interesses dos não repactuados são aqueles esculpidos no regulamento que a eles se aplica, e que esses interesses não podem ser violados. Se o forem, estará caracterizada prática de ilícito pelos responsáveis. Nesse ponto, exigimos que a Petros esclareça quais interesses dos não repactuados ela se propõe a contrariar no processo de cisão. Partimos do princípio de que a Petros, ao redigir o comunicado, refletiu seriamente sobre o seu conteúdo, não jogando palavras ao vento. Transcrevemos mais uma vez: *"Como a cisão contraria os interesses de uma minoria, é esperado que surjam reações através de críticas infundadas"*

*A Petros aproveita para reafirmar o compromisso com os participantes, com a veracidade dos fatos e com o diálogo permanente. A Diretoria Executiva ressalta que está empenhada na construção de uma Petros para o futuro, que garanta a tranquilidade e a perenidade dos planos para milhares de trabalhadores e suas famílias.*

Esperamos ter demonstrado para a Diretoria da PETROS e para os Participantes o acerto das ponderações que nos levaram a tomar a iniciativa de, mediante um instrumento legítimo e civilizado, buscar a transformação necessária no processo de gestão da Petros, através da substituição da atual diretoria.

Desejamos ter a tranquilidade pela qual pagamos por toda uma vida laboral e a que temos por direito, e por sermos os legítimos proprietários do patrimônio da PETROS, a Diretoria teria, por dever de ofício, que prestar os esclarecimentos, com a clareza, a objetividade e o respeito que merecemos.

Em relação à forma usual de desqualificar um grupo que seria uma minoria de descontentes, respondemos, com base no Abaixo Assinado que pede a não recondução da atual diretoria, que é uma minoria que sabe fazer contas e sabe ver que a situação é calamitosa e, por isso têm a coragem de se posicionar e reagir.

**Atenciosamente,**

**+ de 2.700 Participantes até 23/02/2016**

**Abdo Gavinho**

**Domingos Saboya**

**Raul Rechden**

**Sérgio Salgado**